



XXI ENANPUR

Ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

Curitiba (PR), 17 a 23 maio de 2025

1ª Circular

Chamada para submissão de trabalhos nas Sessões Temáticas e proposição de Sessões Livres

É com satisfação que convidamos docentes, pesquisadoras e pesquisadores, discentes de pós-graduação e de graduação, profissionais, representantes de movimentos sociais, do setor público e de organizações da sociedade civil a submeterem trabalhos para Sessões Livres e Sessões Temáticas do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, que terá como tema “**Ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global**” e será realizado em Curitiba – Paraná.

Saudações,

Comissão Organizadora do XXI ENANPUR.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Normas para submissão de trabalhos

Sessões Livres

As (os) proponentes das Sessões Livres (SLs) devem ser docentes ou pesquisadoras (es) doutoras (es) vinculadas (os) aos Programas e Entidades Filiados e Associados à ANPUR. Na sua composição, as SLs poderão incluir, como palestrantes, profissionais, representantes da sociedade civil, do setor público, de movimentos sociais, discentes de pós-graduação e de graduação. Cada SL terá tempo de duração de uma hora e quarenta minutos e deve prever até cinco apresentações.

Cada proponente poderá submeter apenas uma SL e cada pessoa poderá participar de até duas SLs, sejam duas participações como palestrante ou uma participação como proponente e outra como palestrante. A (O) proponente pode mediar a sessão ou integrar o corpo de palestrantes. As Sessões Livres serão compostas por palestrantes de pelo menos 2 instituições diferentes. A Comissão Científica selecionará as propostas com base na sua adequação formal, originalidade, relevância, contribuição científica e acadêmica para a área e diversidades na composição (gênero, cor/raça, institucional/regional).

As propostas a serem enviadas pelos organizadores devem conter os seguintes conteúdos:

- Título da Sessão Livre;
- Nome da/s (do/s) proponente/s (máximo 2) e filiação institucional;
- Resumo geral expandido de 400 a 1.000 palavras;
- Nome, filiação institucional, título e resumo (de, no máximo, 400 palavras) para cada palestrante (máximo de cinco, no total, incluindo proponente/s);

As propostas só poderão ser encaminhadas por meio do sistema de submissão disponível no website do evento, por PDF, conforme TEMPLATE – SESSÃO LIVRE. As propostas serão analisadas por comissão científica especificamente designada para essa finalidade.

No sistema de submissão, será também necessário incluir um RESUMO de até 1.000 caracteres (aproximadamente 150 palavras). Se a Sessão Livre for aprovada, será este resumo que irá aparecer no Caderno de Resumos impresso.

Para que a Sessão Livre, quando aprovada, seja incluída na programação final, todas (os) integrantes (proponentes e palestrantes) devem se inscrever no evento e pagar a taxa de inscrição.

Confira as regras:

1. As (Os) proponentes da Sessão Livre devem ser docentes ou pesquisadoras (es) doutoras (es) vinculadas (os) aos Programas e Entidades Filiados e Associados à ANPUR;
2. Cada proponente poderá submeter apenas 1 (uma) proposta de Sessão Livre;
3. Cada pessoa poderá participar de propostas de até duas Sessões Livres. Caso integre uma proposta na condição de proponente, a pessoa somente poderá integrar outra proposta na condição de palestrante;

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





4. As SLs devem ter até 5 (cinco) participantes, incluindo a (o) proponente, de pelo menos duas instituições distintas;
5. Profissionais, representantes da sociedade civil, do setor público, de movimentos sociais, discentes de pós-graduação e de graduação poderão integrar as Sessões Livres na condição de palestrantes, considerando a potencial contribuição científica e acadêmica para a área que será avaliada pela Comissão Científica;
6. Será considerada a diversidade (gênero, cor/raça, instituição, região) das (dos) participantes na avaliação da proposta;
7. Os artigos devem ter no máximo 3.000 palavras, além do resumo com até 150 palavras e em três línguas (português, inglês e espanhol);
8. A formatação dos trabalhos deverá seguir o *template*, que será oportunamente publicado na página do evento;
9. Os trabalhos serão submetidos por meio da plataforma do evento, entre 01 de agosto e 31 de outubro de 2024;
10. Todas (os) integrantes (proponentes e palestrantes) devem se inscrever no evento e pagar a taxa de inscrição.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Normas para submissão de trabalhos Sessões Temáticas

Docentes, pesquisadoras e pesquisadores, discentes de pós-graduação e de graduação, profissionais, representantes de movimentos sociais, do setor público e de organizações da sociedade civil podem submeter **artigos completos** que serão analisados por comissão científica, composta por especialistas no tema da sessão. A Comissão Científica de cada uma das Sessões Temáticas selecionará os trabalhos com base na sua adequação formal, originalidade, relevância e contribuição científica e acadêmica para a área.

Os trabalhos só poderão ser encaminhados por meio do sistema de submissão e a formatação deverá seguir o *template* que será oportunamente publicado na página do evento. O envio dos trabalhos deve ser em formato PDF. A avaliação é cega, por isso, os trabalhos não poderão ter qualquer identificação de autoria. A identificação será feita em campos próprios no sistema online de submissão. Os artigos devem ter no máximo 10.000 palavras, incluindo resumos com até 1.000 caracteres (aproximadamente 150 palavras) e em três línguas (português, inglês e espanhol). Caso o trabalho seja aprovado e pelo menos uma das (dos) autoras(es) realize a inscrição e o pagamento da taxa de inscrição no prazo, os resumos serão publicados no Caderno de Resumos e nos Anais eletrônicos.

Cada artigo poderá ter até cinco coautoras(es), incluindo a (o) autor(a) principal. Serão aceitos para avaliação trabalhos em português, espanhol, inglês. Cada pessoa poderá submeter apenas um trabalho na condição de primeira(o) autor(a) e poderá participar de mais dois trabalhos como coautor(a).

Para a apresentação, cada uma das 14 Sessões Temáticas (STs) será subdividida em mesas de uma hora e quarenta minutos, cujo número dependerá do número total de trabalhos aprovados. A apresentação de artigos nas Sessões Temáticas também será condicionada à inscrição e ao pagamento das taxas do evento por pelo menos um(a) das (dos) autoras(es). Todas(os) autoras(es) e coautoras(es) presentes ao evento devem realizar inscrição e pagamento de taxa.

Confira as regras:

1. Poderá ser submetido 1 (um) trabalho por pessoa como autor(a) principal;
2. Além da submissão na condição de autor(a) principal, a mesma pessoa poderá participar como coautor(a) em mais 2 (dois) trabalhos;
3. O número máximo de autoras(es) por artigo é 5 (cinco), incluindo a(o) autor(a) principal;
4. Os artigos devem ter no máximo 10.000 palavras, incluindo resumos com até 1.000 caracteres (aproximadamente 150 palavras) e em três línguas (português, inglês e espanhol);
5. Serão aceitos arquivos exclusivamente em PDF e que não ultrapassem o limite de 10 MB;
6. A formatação dos trabalhos deverá seguir o *template*, que será oportunamente publicado na página do evento;

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





7. Os trabalhos serão submetidos por meio da plataforma do evento, entre 01 de agosto e 31 de outubro de 2024;
8. A apresentação de artigos nas Sessões Temáticas também será condicionada à inscrição e ao pagamento das taxas do evento por pelo menos um(a) das (dos) autoras(es);
9. Todas(os) autoras(es) e coautoras(es) presentes ao evento devem realizar inscrição e pagamento de taxa.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Calendário

- **01/08 a 31/10**
Período de submissão de trabalhos (Sessões Livres e Sessões Temáticas)
- **04/12**
Divulgação dos resultados
- **31/01**
Prazo final para inscrição de autores e coautores
- **01/02 a 31/03**
Período de inscrição para lançamento de livros
- **10/04**
Divulgação da programação final do evento
- **17/05 e 18/05**
Pré-evento
- **19/05 a 23/05**

- **23/05**
Assembleia da ANPUR

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Ementas das Sessões Temáticas:

ST 1 - Produção do espaço urbano e regional

O atual contexto de urbanização planetária e as múltiplas escalas em interação na produção do espaço urbano e regional põem em relação novos e velhos agentes e sujeitos na disputa pela produção da cidade e do seu sentido. Desde o complexo imobiliário-financeiro mundializado até as multifacetadas facções integrantes do mundo do crime, passando pelo agronegócio e pelas múltiplas instâncias político-administrativas, jurídicas e institucionais que compõem o poder do Estado, presenciamos novas dinâmicas que desafiam a compreensão dos processos socioespaciais desiguais vividos cotidianamente. Tais processos são crescentemente atravessados pelo avanço do neoliberalismo, pelo aprofundamento do poder tecnológico de redes digitais e informacionais e pela ascensão de uma política antidemocrática, trazendo repercussões decisivas para a intensificação dos processos de expropriação e espoliação, como também (e por isso) para as políticas urbanas, para o planejamento urbano e regional e para a construção necessária de possibilidades de superação das desigualdades espaciais e urbanas. A partir desse contexto essa Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

Existem características da produção dos espaços urbano e regional que são próprias da urbanização brasileira, latino-americana e do denominado Sul Global?

Quais são os agentes e sujeitos que estão produzindo o espaço? Qual é o papel do complexo imobiliário-financeiro? Como ele se articula com o capitalismo rentista? Como compreender a ação dos mercados ilícitos, das explorações ilegais, das milícias, do narcotráfico com o controle da terra e de territórios nas cidades?

Como obter e produzir a informação e como inseri-la como variável no processo de planejamento urbano e regional? Quais os desafios das novas fontes de informação para as práticas e metodologias do planejamento urbano e regional?

Como a instabilidade e a velocidade das mudanças políticas têm repercutido no planejamento urbano e regional? Como o avanço da extrema direita, a descontinuidade dos instrumentos de participação social institucionalizados e a ampliação dos mecanismos de inteligência artificial produzem transformações no espaço e questionam o planejamento urbano e regional?

Que conteúdos sociais estão presentes na produção dos espaços urbano e regional? Como eles articulam o velho e o novo na economia, na política e na vida cotidiana?

Que processos socioespaciais são relevantes no atual estágio da produção do espaço: segregação socioespacial, gentrificação, periferização etc.? Que formas espaciais estes conteúdos e processos materializam: reinventam periferias, centralidades, novas relações cidade-campo etc.?





ST 2 - Desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações

O debate sobre desenvolvimento regional se expande frente às particularidades territoriais, sociais, econômicas, institucionais e ambientais ao qual está relacionado. O contexto histórico condiciona o presente, mas não impede que novas estratégias e políticas redirecionem o processo de desenvolvimento. As experiências mostram como lidar com as questões atuais, assim como buscar alternativas de políticas públicas em diversas dimensões do desenvolvimento de forma multidisciplinar ou na própria interdisciplinaridade da compressão dos modelos de desenvolvimento regional. Neste contexto, as mudanças climáticas se tornam um importante desafio para repensar as políticas públicas de desenvolvimento, bem como a busca de cidades sustentáveis, justas e inclusivas, mas não só, também o arcabouço legal pode orientar ações efetivas no campo do desenvolvimento regional, tal é o caso da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objeto de Decreto Presidencial em março de 2024, que tem por objetivo reduzir desigualdades inter-regionais e intrarregionais no país, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento. A busca pelo desenvolvimento regional também enfrenta problemas de coordenação em múltiplas escalas, com diferentes níveis de governo numa dinâmica que continua influenciada por políticas setoriais e pelos efeitos das políticas macroeconômicas, além das questões derivadas das dinâmicas internacionais. Portanto, a presente Sessão Temática convida à submissão de trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

Modelos de desenvolvimento regional e de governança territorial podem orientar políticas regionais?

Quais experiências têm sido relevantes para reduzir as desigualdades regionais no Brasil e na América Latina?

As políticas de desenvolvimento regional têm sido efetivas nos seus propósitos? Tem permitido o alcance de seus objetivos principais de reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento?

O Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) tem conseguido articular as diversas escalas no processo de planejamento? O federalismo brasileiro se mostra adequado para organizar a integração nacional e promover o desenvolvimento regional socialmente inclusivo e territorialmente equitativo?

Quais os efeitos da globalização, das políticas econômicas e das políticas externas no processo de desenvolvimento regional no Brasil?

Como os grandes projetos de infraestrutura, energia, transporte e logística podem atuar no desenvolvimento regional?

Que forças, agentes, interesses têm tido protagonismo nas proposições sobre o desenvolvimento regional? Qual o peso da polarização política nesse debate?





ST 3 – Estado, planejamento e políticas públicas

A disseminação das ideias neoliberais nas últimas décadas tem influenciado a atuação do Estado quanto ao planejamento, formulação e implementação de políticas públicas, com reflexos nas escalas urbana e regional. Apesar das transformações que promovem uma redução seletiva do Estado, compreende-se que o aparato estatal segue relevante como arena de conflitos entre grupos e classes sociais e como espaço de canalização de demandas populares ou interesses específicos de grupos ou coalizões. Sem desconhecer as perspectivas analíticas que destacam o papel do Estado na garantia dos processos de acumulação de capital, é fundamental discutir, também, as condições e capacidades estatais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas territoriais, urbanas e regionais, incluindo suas convergências e contradições. Isso implica examinar a organização do espaço brasileiro, desde questões locais e regionais, perpassando pelo planejamento e gestão urbana, pela constituição de instituições, unidades burocráticas, leis e programas e pelos possíveis conflitos entre políticas setoriais, predominantes no conjunto das políticas econômicas brasileiras. Para tanto, convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito do sentido heterogêneo, complexo e contraditório do Estado, das políticas públicas e do planejamento estatal, respondendo, entre outras, às seguintes questões:

Quais os efeitos do avanço da globalização e do ideário neoliberal sobre o planejamento estatal e a formulação de políticas públicas? Como as diferentes escalas são afetadas neste contexto?

Quais os instrumentos que o Estado tem utilizado para promover o desenvolvimento urbano e regional? Como e quais as condições do Estado planejar no capitalismo globalizado? Como o planejamento regional tem sido afetado diante da ideia do “Estado Mínimo”?

Quais os resultados das políticas públicas de desenvolvimento regional e territorial? Como as políticas públicas têm promovido a redução ou o aprofundamento das desigualdades? Até que ponto as experiências das últimas décadas têm promovido o desenvolvimento urbano e regional?

Como a sociedade civil participa de ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento urbano e regional? Como se expressam os interesses do capital no planejamento urbano e regional? Quais os principais avanços e limites de atuação dos Conselhos de Desenvolvimento? Quais são os limites da participação da sociedade civil na construção e implementação de políticas públicas urbanas e regionais? Como as demandas populares incidem sobre o planejamento e a formulação de políticas públicas? Como e quais os agentes estão envolvidos no planejamento urbano e regional?

Como o Estado no Brasil e na América Latina tem atuado frente às desigualdades socioeconômicas regionais? Como o discurso neoliberal afeta políticas públicas nos países da América Latina? Quais os efeitos das crises do capital sobre os países latino-americanos a respeito do desenvolvimento socioeconômico?





ST 4 – Metropolização do espaço: planejamento, governança e gestão

A metropolização do espaço, embora não seja um processo recente, se aprofunda na atualidade, perpassando diferentes dimensões da realidade e demandando novas formas de apreensão teórica, assim como metodologias de mensuração e reconhecimento, proposição de práticas de intervenção e gestão, além da organização da sociedade que vive e trabalha nesses espaços que são sempre superlativos. Imbuídos do desejo de apreender essa realidade, pesquisadores de várias áreas do conhecimento e diversos lugares do mundo, têm proposto uma verdadeira constelação de conceitos, por vezes neologismos, na expectativa de abarcar as especificidades e nuances desse processo, em especial na sua dimensão morfológica. As metrópoles, produtos diretos do processo de metropolização, estão no centro dos processos de acumulação, seja na perspectiva da reestruturação produtiva, do imobiliário financeirizado, do capitalismo de plataforma, das novas formas de exploração do trabalho e da conformação da vida cotidiana. Contudo, a metropolização do espaço não produz apenas metrópoles, mas imprime características metropolitanas ao território, alterando valores e modos de vida em cidades situadas em outras escalas da rede urbana e mesmo nos espaços rurais. Dessa forma, parece oportuno que a metropolização do espaço seja considerada como um pressuposto para ações de planejamento, governança e gestão, embora tal processo não possa ser confundido com aquele da criação de regiões metropolitanas que, no Brasil, é produto de uma intencionalidade político-institucional, no mais das vezes conflitantes com sua dimensão socioespacial. Importa demarcar, ainda, a singularidade que o processo de metropolização do espaço adquire no Sul Global, borrando conceitos forjados para outras realidades e exigindo um escrutínio na sua utilização para a realidade brasileira. Esse contexto aponta para algumas das questões essenciais que se pretende fomentar nessa Sessão Temática. Assim, convidamos pesquisadoras e pesquisadores a proporem reflexões acerca das seguintes questões:

Como se apresenta a metropolização do espaço na atualidade? Que escalas, agentes e processos caracterizam a metropolização contemporânea?

Como se relacionam metropolização e produção dos espaços urbano e regional? Que dinâmicas, conteúdos e materialidades diferenciam ou aproximam as metrópoles no interior dos diferentes contextos regionais, no Brasil e no mundo? Que processos socioespaciais se apresentam nas metrópoles do Sul Global?

A metropolização tem sido considerada na formulação das políticas públicas? O Estatuto das Metrópoles tem facilitado o avanço no enfrentamento das funções públicas de interesse comum?

O que nos ensinam as trajetórias das políticas voltadas às Regiões Metropolitanas nesses 50 anos de sua existência? Existem experiências exitosas no Brasil em relação ao planejamento, à governança e à gestão metropolitana?





ST 5 - Tecnopolíticas do planejamento e desenvolvimento urbano e regional

Os espaços urbanos e regionais desempenham um papel fundamental na configuração dos arranjos sociotécnicos que sustentam a vida em sociedade. Estes arranjos incorporam elementos do desenvolvimento técnico-científico-informacional, conforme observado por Milton Santos, refletindo as demandas de seus respectivos períodos. Discutir as relações tecnopolíticas no contexto do planejamento e desenvolvimento urbano e regional implica reconhecer a interação entre dimensões técnicas e políticas na formação dos territórios, bem como a não neutralidade social e ideológica de processos de inovação e tecnologia. A análise dos processos de apropriação e transformação de espaços geográficos, dotados de recursos naturais e infraestrutura específicos, por grupos de atores inseridos em redes de relações sociais, culturais e econômicas (territorialidades), é essencial para compreender as interações entre tecnologia, inovação, planejamento e desenvolvimento urbano e regional numa perspectiva sociotécnica. Destaca-se, portanto, a importância de problematizar o papel das tecnologias do século XXI na configuração desses arranjos tecnopolíticos e na construção de territorialidades. Para esta sessão temática, propõe-se abordagens dos seguintes temas, questões e seus desdobramentos:

Como integrar perspectivas sociotécnicas e tecnopolíticas no planejamento e design de cidades e regiões inteligentes e sustentáveis de maneira a superar vieses de tecnosolucionismo e determinismo tecnológico? Quais são os impactos das inovações tecnológicas na distribuição espacial de recursos, infraestruturas e serviços nos contextos urbanos e regionais?

Como é possível pensar as inovações tecnológicas nos espaços urbano e regional como suporte para a promoção de inclusão social, equidade e justiça espacial? Quais são os desafios éticos e políticos associados ao uso de tecnologias no planejamento e desenvolvimento urbano e regional?

Como iniciativas comunitárias e movimentos sociais se apropriam de tecnologias de forma crítica e emancipatória para transformar seus territórios? Como as questões de poder, controle e vigilância são negociadas e contestadas através da implementação de tecnologias nos espaços urbano e regional?

De que maneira as tecnologias digitais influenciam as interações sociais, práticas culturais e formas de organização comunitária nos contextos urbanos e regionais? Quais são as implicações futuras das tecnologias emergentes, como inteligência artificial, realidade virtual/aumentada e internet das coisas, no planejamento, configuração e experiência dos espaços urbano e regional?





ST 6 - Natureza, crise ambiental e mudanças climáticas

As mudanças climáticas e os desastres, enquanto produções sociais, colocam em xeque as formas de viver no território, especialmente as visões extremas que priorizam somente o conservacionismo ou o produtivismo. A simultaneidade entre a crise ambiental e a crise social nos leva a pensar na necessidade da mudança dos padrões de consumo para a manutenção e priorização da vida. As políticas de saneamento básico (resíduos, drenagem, água, esgoto); as políticas ambientais e as políticas de prevenção de desastres, entre outras, são permeadas por contradições em suas concepções e desafios para sua implementação. Ao mesmo tempo soluções baseadas na natureza e tecnologias sociais despontam no campo prático e teórico a fim de reconfigurar a ocupação territorial de áreas periurbanas, favelas e comunidades urbanas, mas também não estão livres de contradições.

Considerando a diversidade de abordagens sobre a questão ambiental e as mudanças climáticas, a Sessão Temática convida à submissão de artigos que busquem trabalhar a integração entre os conhecimentos das ciências sociais aplicadas e das ciências ambientais no território, bem como a articulação dessas práticas com o debate teórico contemporâneo sobre as relações entre sociedade e natureza, tomando como referência as seguintes questões:

Como são tratadas as interfaces entre planejamento urbano e planejamento ambiental? Como as cidades estão se adaptando às mudanças climáticas? Qual a resposta do Estado em face das mudanças climáticas e das transformações ambientais que têm afetado a população? Como os desastres e os riscos têm sido considerados nas políticas públicas? Quais são os principais desafios para a implementação de uma política de saneamento básico e do novo marco legal do saneamento? Quais as concepções de tratamento dos rios urbanos ou áreas ambientalmente frágeis à luz das funções urbanas e ambientais?

Quem são os principais atingidos pela atual forma de produção da cidade capitalista? Qual a relevância histórica e atual da questão fundiária (do rural ao urbano) para as dinâmicas socioambientais que conduzem a eventos (como as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul) que devastam cidades e regiões? A partir dos eventos e desastres, quais os caminhos de reconstrução que se apresentam? São persistências de padrões conhecidos ou representam mudanças nas concepções de cidade?

Como o enfoque ecológico do planejamento urbano e regional têm sido retomados nas pesquisas a fim de considerar as dimensões plurais deste campo?





ST 7 - Política habitacional e direito à moradia

As últimas décadas são marcadas por um agravamento da crise habitacional, que atinge diferentes classes sociais, mas impacta de modo mais contundente a população empobrecida e vulnerável. A centralidade da habitação para a reprodução do capital, a financeirização do urbano, o alinhamento do Estado com o modelo de cidade neoliberal, a crescente desigualdade social, dentre outras características, próprias da atual fase do capitalismo, explicam esse agravamento. No Brasil esse cenário foi piorado pelo desmonte dos principais programas federais para a promoção de habitação de interesse social entre 2016 e 2022. Esse quadro é ainda mais desafiador se considerarmos o estado de emergência climática hoje enfrentado pelas cidades, em especial as do Sul Global. Por outro lado, a partir de 2023 são observados esforços do governo federal para retomar a política nacional de habitação, com a recriação do Ministério das Cidades e de programas como o Minha Casa Minha Vida e o PAC. À luz desse contexto, esta Sessão Temática pretende promover o debate a respeito das formas de acesso e consumo da habitação; das trajetórias das políticas habitacionais; dos programas e do financiamento habitacionais; da regulação urbana e habitação; dos mercados que produzem habitação; e do tratamento da precariedade habitacional. Sendo assim, convidamos pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

Quais as características das políticas (programas e projetos) habitacionais em curso? A partir de quais paradigmas elas são formuladas? Quais os agentes envolvidos na produção e no consumo da habitação? Estado e movimentos sociais têm se articulado na formulação e execução dessas políticas? Que desafios, obstáculos e/ou avanços são observados? Como se realiza a relação entre regulação urbana, provisão e acesso à moradia digna? Os programas têm atendido à população de menor renda? Como os programas e projetos têm tratado a precariedade habitacional?

A articulação interfederativa tem se colocado como princípio na promoção dos programas habitacionais? Como tem se estabelecido o financiamento habitacional? Existem experiências exitosas no enfrentamento da questão da habitação? Que arranjos institucionais são adotados? O que as trajetórias municipais das políticas habitacionais nos ensinam?

Como se relacionam mercado formal e informal na produção e no consumo da habitação? Quais os efeitos das políticas habitacionais nas condições de reprodução social? As políticas executadas têm garantido a moradia digna? Que desafios são identificados para a promoção de políticas de habitação de interesse social?





ST 8 – Mobilidade Urbana e direito à cidade

A mobilidade urbana nas cidades brasileiras e latino-americanas é caracterizada por dinâmicas complexas que se materializam em desigualdades marcantes, com impactos ao direito à cidade. No Brasil, a política nacional de mobilidade urbana proporcionou muitos avanços, principalmente na difusão do conceito de mobilidade urbana sustentável e na necessidade de dispositivos legais para nortear as políticas locais. Porém, ainda persistem inúmeros desafios na efetivação de ações capazes de transformar a mobilidade urbana tornando-a um instrumento de inclusão social. O transporte coletivo, para muitos a única opção de deslocamento, enfrenta problemas de qualidade do serviço prestado, em um cenário generalizado de queda no número de usuários, em muitos casos oriundo da inserção de formas alternativas como os aplicativos de viagens, os serviços de van e moto taxi, além da própria bicicleta. Ao mesmo tempo, amplia-se a discussão a respeito de alternativas para tarifação do transporte coletivo capazes de reduzir o impacto na renda e resgatar a demanda de usuários. A associação entre uso e ocupação do solo e transporte coletivo ainda é algo pouco difundido e avaliado nas gestões municipais. As questões ambientais, incluindo as emissões veiculares e os acidentes de trânsito, estabeleceram-se como sérios problemas de saúde pública. Os usuários vulneráveis – pedestres, ciclistas e motociclistas – estão expostos a riscos significativos devido à falta de infraestrutura adequada e à cultura de priorização do transporte motorizado. A acessibilidade universal, por sua vez, é um desafio que persiste. Por um lado, emergem soluções baseadas na noção de cidades inteligentes, que acabam desviando a atenção do debate urbano e os problemas estruturais seguem sem uma solução concreta. Por outro, discutem-se as novas formas de precarização da mobilidade e do trabalho, por meio de estratégias de plataformização que contribuem para a variedade de possibilidades de deslocamento, mas também desvinculam os prestadores de serviços e usuários das proteções legais e da fiscalização dispensada aos demais modais de transporte na cidade. Sendo assim, essa Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

Quais os efeitos da execução dos Planos de Mobilidade Urbana na melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça socioespacial? Quais os efeitos das relações sociais e de poder na mobilidade justa, incluindo a justiça, os custos e os impactos socioambientais dos transportes? As políticas de mobilidade urbana têm contribuído para a redução de mortos e feridos no trânsito?

Como avaliar os investimentos em mobilidade urbana realizados no âmbito dos megaeventos? Converteram-se em legados?

A pandemia de COVID 19 teve efeitos duradouros na transformação dos padrões de mobilidade da população? A política de mobilidade urbana acompanhou essas transformações, caso elas tenham sido observadas?

Quais soluções têm sido adotadas para as mobilidades não motorizadas no contexto latino-americano? Que dimensões (sociais, ambientais, econômicas etc.) têm sido exploradas para a mobilidade ativa? Como essas dimensões comparecem nas políticas (programas e projetos) de mobilidade? A ciclomobilidade tem sido uma alternativa efetiva?

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Como o planejamento da mobilidade tem se relacionado com outras camadas do planejamento urbano? Como a associação entre a oferta de transporte e as diretrizes de uso e ocupação do solo têm sido abordada pelas cidades? E, quando adotada, essa associação tem sido capaz de promover o direito à mobilidade urbana para toda a população?

Quais modelos de tarifação do transporte coletivo têm sido adotados nos diferentes cenários urbanos da América Latina? Quais as repercussões das experiências de tarifa zero? Quais os efeitos das novas políticas de tarifação na extensão do direito à mobilidade urbana?

Quais os desafios para melhorar as condições de caminhabilidade nas cidades brasileiras e latino-americanas? A acessibilidade universal se transformou num princípio para a mobilidade urbana?

Quais repercussões e desdobramentos podem ser observados no espaço urbano e metropolitano a partir da crescente disseminação dos serviços de mobilidade por plataforma?

O uso das plataformas digitais na mobilidade urbana cotidiana tem se constituído como uma variável ao planejamento urbano e regional? As transformações nas relações de trabalho no setor de transportes têm influenciado a formulação e implementação de políticas urbanas e metropolitanas?

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





ST 9 – Cidade, história e cultura em disputa

Nos contextos profundamente desiguais, mas igualmente ricos e diversos do Sul Global, a cidade, a história urbana e as culturas são importantes espaços políticos e simbólicos de disputa. Enquanto as interpretações sobre o Sul Global focam majoritariamente nas precariedades e violências, outras perspectivas historiográficas a partir de abordagens descentralizadas têm contribuído para a construção de narrativas históricas plurais, que desestabilizam verdades consolidadas, ampliam a historiografia e inserem outros atores no fazer da História. Esta Sessão Temática convida à reflexão sobre as teorias, epistemologias e metodologias necessárias para a pesquisa crítica em história urbana nos contextos do Sul Global, problematizando os atores sociais envolvidos no processo de urbanização, na colonização de territórios e na construção do(s) pensamento(s) urbanístico(s). Estimula-se a submissão de trabalhos desenvolvidos a partir de múltiplas temporalidades, espacialidades e escalas; que contribuam para o reconhecimento da diversidade cultural na cidade, inclusive das periferias urbanas e regionais; que desconstruam apagamentos e silenciamentos de narrativas hegemônicas a partir de questões raciais, étnicas e de gênero, em abordagens interseccionais; que abordem as diversas dimensões de valorização do patrimônio cultural, bem como as abordagens ampliadas e participativas de reconhecimento cultural; que tratem dos desafios do campo do planejamento urbano e regional para o reconhecimento dos saberes locais, problematizando os processos de homogeneização cultural e seus rebatimentos nas diversas escalas do território. A partir dessas reflexões, essa Sessão Temática convida à reflexão das seguintes perguntas:

Quais questões teóricas, epistemológicas e metodológicas conduzem as pesquisas em uma perspectiva crítica sobre a relação cidade, história e cultura?

Quais os atores envolvidos no processo de construção da história urbana e como as ideias urbanísticas circularam?

Quais as abordagens e experiências multi ou interdisciplinares produzidas nos diferentes campos de pesquisa sobre história, cultura e cidade?

Como as experiências e culturas urbanas cotidianas participaram da produção dos territórios urbanos? Quais dimensões e atores foram silenciados e apagados neste processo?

Como o planejamento urbano e regional abordou (ou não) os saberes locais e como contribuiu (ou não) para o enfrentamento das desigualdades interseccionais, sob uma perspectiva histórica?

Como os processos de homogeneização cultural ocorreram ao longo do tempo e quais foram seus rebatimentos?





ST 10 - Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

As contradições da produção capitalista do espaço - que se expressam em diferenças materiais, distinções e assimetrias de poder, evidenciadas, por exemplo, nas tensões entre a mercantilização da terra e as condições de reprodução da vida e nos distintos níveis de exercício (ou negação) do direito à cidade e aos territórios - engendram as condições de transformação do espaço em cenário e objeto de lutas sociais. Os conflitos urbanos e territoriais, uma das expressões dessas lutas, além de objeto, são chave de leitura, categoria interpretativa, que, em sua temporalidade, espacialidade e agência, permitem compreender processos de produção social do espaço, dinâmicas de ação coletiva, estruturas institucionais de controle e poder (incluindo o Estado e suas políticas territoriais) e formas de organização social e política de grupos, classes e movimentos sociais. Essa Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que discutam lutas sociais e conflitos territoriais em processos de despossessão, desterritorialização, reivindicação de direitos e outras mobilizações relacionadas à produção da cidade e do território, incluindo a relação com políticas territoriais e processos de planejamento. Interessam, especialmente, artigos sobre experiências nacionais e internacionais de planejamento em contexto de conflito acionadas como repertório de ação política que interpelam as formas tradicionais de se planejar o território. A partir desse contexto a Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

De que maneira as lutas e conflitos no território refletem dinâmicas de poder e desigualdades socioespaciais?

Como as lutas sociais têm moldado e influenciado a configuração de territórios ao longo do tempo?

Quais são e como operam as interações e conexões locais, regionais e globais entre as lutas sociais por justiça territorial?

Quais são os impactos que as lutas e conflitos no território aportam às políticas de planejamento urbano e regional?

Como as temporalidades, territorialidades e estratégias de resistência e mobilização de grupos e movimentos sociais têm se constituído em resposta às mudanças políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e climáticas do século XXI?

Como os planos populares, as cartografias sociais e as assessorias técnicas territoriais se articulam aos repertórios de luta e de que forma contestam, informam e/ou são incorporadas em políticas públicas territoriais?

Quais são as relações entre as experiências e os sujeitos do planejamento em contexto de conflito e o Estado, as políticas territoriais e o planejamento estatal e das corporações?

Quais são os desafios e oportunidades para a construção de alianças entre os movimentos sociais e outros atores, como o estado, as instituições acadêmicas, e outras organizações da sociedade civil, na promoção de mudanças territoriais mais equitativas?

Que conflitos e contradições apontam para um aprofundamento das desigualdades e quais lutas sociais sinalizam possibilidades de outros futuros urbanos?

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





ST 11 – Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Desde a segunda metade do Século XX diversos grupos vêm logrando questionar a ideia de um sujeito universal, único e homogêneo, que marcava tanto a produção de conhecimento quanto a conformação dos direitos de cidadania nos estados nacionais modernos. Denunciando discriminações, práticas subalternizantes e formas de exploração produtoras de desigualdades estruturais (estruturadas e estruturantes) baseadas em diferenças raciais, étnicas, de gênero, sexualidades, entre outras, tais atores provocaram a emergência de novas linguagens e práticas políticas. Tais lutas permitiram o questionamento de antigos paradigmas e epistemologias, que tencionam também o campo do planejamento urbano e regional. Sendo assim, essa Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

Como gênero, raça, etnia e diversidade se relacionam com o campo do planejamento urbano e regional? O planejamento urbano e regional tem incorporado tais dimensões nos debates teóricos e nas suas práticas?

As políticas urbanas e regionais favorecem as formas de exclusão desses grupos sociais? Ou, de outro lado, identificam-se políticas urbanas e regionais que favorecem sua inclusão e o protagonismo? Essas lutas podem contribuir para a construção de novas agendas para o campo do planejamento urbano e regional?

Como as perspectivas feministas, antirracistas e interseccionais têm contribuído para a teoria e prática do planejamento urbano e regional? Como as representações culturais, simbólicas e históricas influenciam as relações de poder no espaço urbano e rural em relação ao gênero, raça/etnia e diversidade?

Quais os impactos da gentrificação e das políticas de remoção nas comunidades marginalizadas em termos de gênero, raça/etnia e outros tipos de diversidade?





ST 12 – Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Os impactos sociais das atividades acadêmicas ganham novos contornos com a integração entre pesquisa e extensão no ambiente das ações e produções da pós-graduação. A obrigatoriedade estabelecida com a curricularização e a preocupação sobre os efetivos resultados acadêmicos, ainda que importantes do ponto de vista pedagógico e da popularização das ações universitárias, não resultou em medidas estruturais e estratégicas para a sua devida implementação. É certo afirmar, porém, que muitos Programas de Pós-graduação já realizavam tais ações, mesmo antes das determinações normativas que cercaram o tema nos últimos anos. Do ponto de vista da área PUR, as assessorias técnicas territoriais, dentre outras atividades extensionistas, apresentam certa recorrência, em especial pelo potencial de difusão de conhecimentos e integração com saberes populares. Essa conexão que se vê aplicada na formação está voltada à refletir, propor e realizar ações continuadas ou pontuais, com populações e comunidades histórica e rotineiramente preteridas e abandonadas a própria sorte ou que se viram atingidas pela insistente motivação persecutória-discriminatória explicitada tantas vezes no silêncio, na ausência ou no equívoco de políticas públicas significativas de condições mais inseguras, tal como aquelas que se repetem na falta de melhores condições de vida e nas ações de reintegração de posse e despejo. A extensão na pós-graduação tem a potencialidade de produzir estudos e ações que podem alterar sentidos na formação acadêmica e profissional, construindo conhecimentos na concretude da urgência e da necessidade de um Brasil que se apresenta pela pluralidade, mas também pela divergência, pelas escolhas que significaram a agudização das desigualdades no campo específico desta área de conhecimento. Alterar o modo de pensar e de tratar velhas e novas questões via ações extensionistas dialogadas, especialmente por se darem em ambiente coletivos, com ensino e pesquisa, pode mudar significativamente a construção do conhecimento na área PUR. Nesse sentido, essa Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

De que modo tem sido realizadas as interações entre pesquisa e extensão na pós-graduação e como isso repercute no fortalecimento do campo científico acadêmico?

Quais teorias, concepções e novidades têm sido experimentadas nas diferentes espécies de extensão universitária no campo do planejamento territorial?

Quais aportes sociotécnicos e sociotecnológicos as assessorias técnicas territoriais acadêmicas ou profissionais têm produzido na área de Planejamento Urbano e Regional?

Como as diferentes áreas de conhecimento, que conformam a área PUR, vem trabalhando de forma multi, inter ou transdisciplinar?

Como a extensão pode decolonizar a formação da área PUR produzindo reflexões que partam de lugares que articulam diferentes conhecimentos, agentes, metodologias, meios e instrumentos?

Como se dão as relações e articulações entre graduação e pós-graduação na extensão em face da produção de conhecimentos?

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





Em que termos se colocam as relações com as comunidades mobilizadas por esses processos extensionistas?

Do ponto de vista da formação, quais mudanças podem ser verificadas e quais são as travas ainda existentes à expansão desse modo de produção de conhecimento e de inserção social?

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

cnj 52.837.697/0001-53 • www.anpur.org.br

Secretaria da ANPUR • Universidade Federal de Minas Gerais • UFMG/ FACE

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 • Pampulha • CEP 31270-901 • Belo Horizonte/MG • T (31) 3409-7157





ST 13 - Colonialidade do saber urbano e regional

Nas últimas décadas, um conjunto de intelectuais latino-americanos vem propondo o Giro Descolonial. Ao interrogar a colonialidade (do saber, do poder e do ser), esta perspectiva envolve (1) a crítica a matrizes de conhecimento científico (tanto no eurocentrismo de sua episteme quanto dos efeitos de poder das práticas de conhecimento), (2) novas formas de entendimento das relações de poder (com a centralidade da raça como critério de classificação social e matriz de relações de dominação) e também (3) a releitura dos processos históricos de formação do mundo contemporâneo, valorizando protagonismos de grupos e experiências sociais invisibilizadas. Considerando que a incidência da perspectiva descolonial ainda é incipiente nos debates sobre espaço, planejamento urbano e regional, essa Sessão Temática incentiva pesquisadoras e pesquisadores a debaterem questões como:

Quais são os legados/impactos da colonialidade do saber nas teorias, metodologias e práticas de planejamento urbano e regional contemporâneas? Como as narrativas e práticas coloniais históricas influenciaram a produção e disseminação do conhecimento no campo do planejamento urbano e regional?

Como os modelos e paradigmas de desenvolvimento urbano e regional baseados em concepções eurocêntricas perpetuam a desigualdade e a injustiça espacial? De que maneira as hierarquias de poder e dominação colonial se manifestam nos discursos acadêmicos e políticas de desenvolvimento urbano e regional no Brasil? Quais são os impactos da colonialidade nas representações e percepções do espaço urbano e regional, especialmente em relação às comunidades marginalizadas/minorizadas?

Como podemos reconhecer e valorizar os saberes invisibilizados enquanto formas contemporâneas de compreender e planejar o espaço urbano e regional? Quais experiências sobre as cidades e o planejamento (urbano e regional), resultantes desses novos olhares, podem ser consideradas importantes e devem ser compartilhadas em prol da construção de novos paradigmas?





ST 14 - Ensino, formação e prática em planejamento

A formação de quadros para a academia, pesquisa e para a prática do planejamento urbano e regional na contemporaneidade, em diferentes escalas e territórios e por diferentes agentes, nos provoca a refletir a respeito das estruturas de formação: programas de pós-graduação; linhas e temas de pesquisa; cursos de graduação; disciplinas. De outro lado, a área e seus programas, a partir das regulamentações de avaliação, se vê premiada a alcançar níveis quantitativos e qualitativos de produtividade, deixando em segundo plano aspectos ligados ao ensino, à formação e à prática neste campo do conhecimento. No âmbito da estrutura instalada para a pesquisa e a pós-graduação brasileira, esses tensionamentos se somam às dificuldades crescentes de financiamento e à precarização das condições de trabalho e de ensino. Ao mesmo tempo, crises econômica, sanitária, ambiental, social, questões identitárias e culturais e a emergência climática - que marcam o nosso tempo-, impõem desafios para o planejamento urbano e regional, em especial para países do Sul global. A partir desse contexto a presente Sessão Temática convida pesquisadoras e pesquisadores a submeterem trabalhos que reflitam a respeito das seguintes questões:

O ensino do planejamento vem respondendo às questões prementes do nosso tempo? Os currículos favorecem os conhecimentos e as competências necessárias para responder a estas questões urgentes e emergentes? Como adaptar os programas curriculares para responder aos desafios que se colocam para a área?

Esse debate tem sido feito pelos programas e instituições de ensino e pesquisa? Os programas e as instituições têm desenvolvido estratégias políticas e pedagógicas para enfrentar os desafios e demandas de nosso tempo? Existem experiências que podem contribuir com esse debate?

As práticas em planejamento urbano e regional têm se transformado levando em conta questões urgentes e emergentes do nosso tempo? As práticas em planejamento urbano e regional têm sido objeto de reflexão no ensino e na formação? A reflexão a respeito dessas práticas tem alimentado as teorias e os métodos em planejamento urbano e regional?

